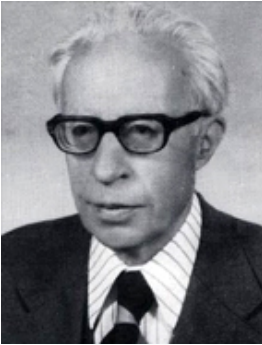


# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



LIMA, Sílvio Vieira Mendes (Coimbra, 5/II/1904 – 6/I/1993)

Nasceu num berço sem letras, senão as elementares, mas o pai, João Vieira Mendes Lima, foi bem sucedido em números, no comércio & indústria do arroz. O que lhe permitirá, ao invés dos irmãos mais velhos da extensa família, a instrução no rigoroso Colégio S. Pedro, onde prepara o ingresso em Medicina que chega a frequentar. Poeta provisório, transitado para a Filosofia, cedo se destaca SL na arcana Universidade como dirigente republicano estudantil e seareiro (na greve de 1926 e nos periódicos *Humanidade* e *Gente Nova*) e excepcional discípulo, em filosofia e história da filosofia, de Joaquim de Carvalho (V.), o relevante pedagogo e historiador das ideias no primeiro meio século da nova Faculdade de Letras pautada, após 1932-34, pelo crescente clima de repressão filosófica e liquidação policial e mental da liberdade. SL bem reterá a lição do mestre na própria existência, ao ser saneado da Universidade (por *perturbar* a “vida da Nação”, em 16-V-1935, ao abrigo do dec. 25.317, que expulsou trinta e três altos funcionários do Estado e universitários, entre os quais, Aurélio Quintanilha, Abel Salazar, Rodrigues Lapa, Norton de Matos) e politicamente obstado (pelo próprio Salazar) de progredir, após a recondução (1942), apesar dos notáveis textos e provas académicas que produz e do invulgar pedagogo que é (discípulo da *escola nova* franco-suíça, acumula a docência na Escola Normal Superior de Coimbra). Antetempo aposentado, agravada a neurose depressiva, em 1965, deixaria praticamente de escrever, salvo um texto censurado (1968) que anunciava o seu autêntico testamento ético, *Carta aberta às universidades portuguesas*, publicado (além doutros curtos comentários) nos dias imediatos à revolução de 25 de Abril.

A posição singular que ocupa na historiografia portuguesa em meados do século XX não decorre, assim, do facto de SL ser um historiador de «método», como à época se entendia o ofício nas mediações do positivismo e neopositivismo metodológico da escola francesa de Langlois e Seignobos; ou um profissional devotado à estrita pesquisa arquivística e documental. É sobretudo ensaísta, filósofo, psicólogo e epistemólogo. O seu maior contributo é a grande inovação que introduz nestas áreas no contexto cultural português. Após o estudo pioneiro em Psicologia Experimental, é a indagação crítica, especulativa e hermenêutica que o move, *i. e.*, nas suas palavras, indo da “história de um pensamento que se procura”, para a qual irá mobilizar **a**) os grandes debates culturais e epistémicos europeus e amplos quadros de história da filosofia (*Ensaio sobre a ética de Guyau*), explorando **b**) a historicidade dos conceitos (*O problema da reconhecimento*, 1928) não especificamente historiográficos mas filosóficos, psicológicos, na árdua contestação do fisiologismo, dum lado, e do difícil psicologismo ahistórico de Bergson, doutro. Para mais, a SL se deve **c**) o primeiro esboço rigoroso da *História da Psicologia em Portugal* (1949) e **d**) a análise crítica estribada, recenseando historicamente a recepção (e a



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

posição) do Positivismo entre nós. O anseio de explorar a intrínseca novidade das fendas epistémicas que o retorno às *filosofias do sujeito* possibilitava, irá conduzi-lo e) à abordagem da complexidade ensaística de matriz seareira e sergiana, em especial na antropologia e sociologia desportiva (*Ensaio sobre o Desporto*, 1937, *Desporto, Jogo e Arte*, 1938; *Desportismo profissional. Desporto, trabalho e profissão*, 1939) e, depois, na teorização do próprio ensaísmo (*Serão luxos a Ciência e a Arte?*, 1940), sobre o qual escreve a obra de referência, seguramente a essencial até à década de 1980 nas línguas ibéricas (*Ensaio sobre a essência do ensaio*, 1944; <sup>2ª</sup>1964). E será seu um dos melhores textos à época escritos, f) para se avaliar a plena laicização do ofício filosófico e historiográfico, no confronto com o freudiano *sexualmonismus*, criando ampla base histórica, teórica e empírica para estruturar a Antropologia e a Psicologia das religiões (*O Amor místico*, 1935) e até para se entender, na cronologia capital, a difícil secularização e a laicização dos intelectuais face à crescente e ubíqua re clericalização social e universitária, sob o a capa repressiva e antimoderna da ditadura e seu confessionalismo pragmático (*Notas críticas*, 1930; <sup>2ª</sup>1931). Não admira que acuse, também no plano cívico da Oposição democrática, a visão autotélica e autista do Estado Novo (no corajoso cotejo com o avanço fascista na Europa) e, com R. Proença, desconstrua o panlogismo político, a *politique d'abord* conjugada nos mais díspares idiomas, como privativo dialecto totalitário (*Quatro cartas sobre o Idealismo*, 1936). Por fim, g) anote-se com maior detalhe o contributo, contra necessitarismo e providencialismos de distintos matizes, ainda contra as filosofias e teleologias da história, que desenvolveu no domínio da *historiologia* («A Historiologia de Sílvio Lima», in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, 2000), em *Determinismo, Acaso e Previsão na História* (1943) e nas *Lições de Teoria da História* (1957-1964) na docência em Coimbra, promovendo o paradigma compreensivista e uma hermenêutica histórica que demoraria a vingar, dir-se-á, porque os próprios postulados da pública *libertas philosophandi* e a essencial exigência cívica da dialogia democrática, a começar no campo universitário, foram proscritos como a última danação do inferno.

Siga-se o caminho traçado, tentando abarcar a grande coerência do trajecto de SL: a) Logo em 1927, na discussão *Ética* de J.-M. Guyau e da «crise moral contemporânea», propõe o itinerário de pesquisa do neocriticismo e de reingresso nas filosofias do sujeito, sobretudo de kantiana matriz crítica, que o Idealismo alemão de Marburgo e Baden prosseguia e, na linha de Brunschwig (influído em J. de Carvalho e A. Sérgio), indaga a racional *consciência de si* (relacional e dialógica, a partir da dialéctica fichteana do *eu / não-eu*). Ora, este seria o fundamento gnosiológico para a apreensão do movimento do mundo e da existência, tomando como corolário a razão cartesiana, construtiva, relacional e epistémica, ao arripio da vulgata e das versões abreviadas da razão aristotélica, taxinómica (ou categorial) e ontológica que, pela mão teológica da suma neotomista (sobretudo na versão da *filosofia perene*) e da paralaxe empírica do realismo, inundava as bancas universitárias. E, claro, também contra os irracionalismos redentores e messiânicos que nas décadas de '20-30 sulcavam os devastadores abismos europeus, se insurgiu. Em síntese, a regra epistémica torna-se normativa ao longo da obra: ao chamar o indivíduo para o espaço mobilizador do espírito, confere-lhe uma dimensão universalizante que o faz comunicar com o sítio, que é já seu, da outridade, pois o *kromenon* socrático, a comum utilidade ou *bem comum* é «saber em comum». Daí ter desenvolvido o *Ética* num amplo quadro referencial da história da filosofia, no esforço secularizador dos saberes, dos Gregos a Espinosa, do racionalismo idealista às recentes discussões científicas que então tomavam os *fora* académicos. A



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historicidade do *spiritus*, a correlata e diacrónica consciência cultural, induzem ao *suprabiológico* que o humano é (se o determinismo bio-sociologista não alcança a autodeterminação do Ser), *animal de afectos* que supera, contudo, a Natureza onde se dá e se revela. Único *animal histórico*, o Homem *faz-se homem*, é *automaturo* numa *res publica* que habita e faz sua e da qual constrói as normas, dentro da livre adesão a uma *Lebensphilosophie*, «hipótese metafísica» (no sentido de Guyau) à qual só a liberdade confere a plenitude de sentido e mesmo único critério moral, na óptica de uma mundividência secularizadora.

b) Ora, o esclarecimento da sua posição epistémica prende-se já com a refutação da Psicologia experimental de índole positivista no quadro do cientismo dominante, da qual fora representante maior, em Coimbra, o ex-teólogo Alves dos Santos, director do Laboratório de Psicologia Experimental (desde 1912) e credor de metodologias inscritas no horizonte da psicofisiologia associadas funcionalmente à pedagogia, numa posição insubsistente que exigia harmonizar num eclectismo de teor positivista, idealismo e empiro-criticismo. No longo estudo sobre a recognição, «mancha afectiva da memória», a tese doutoral orientada em Genebra (1928) por Éd. Claparède e H. Antipoff, dá notícia da estreiteza naturalista e denuncia a insuficiência da matriz sociologista e positivista do psicologismo, que *atende* mais à raiz metafísica e monista do *género* ou *natureza humana*, do que *entende* a funda novidade experimental e seus epílogos individuadores (em 1946 edita texto radicalmente inovador na bibliografia psico-sociológica, *Normal, anormal e patológico*). Concluirá pela inaptidão de quantificar o *inquantificável*, a liberdade de espírito, o anterior *facto de consciência*, e daí concentrar a maior atenção pedagógica na investigação fenomenológica da intencionalidade dos actos conscientes (Max Scheler), como, mais tarde, em clara chancela *compreensivista*, em imediação a Jung e Jaspers, abordará teorias perceptivas da aprendizagem e os métodos globalísticos estruturais da *Gestalt* (Wertheimer, Köhler, Koffka). Como sintetiza, “o reconhecimento da heterogeneidade categorial do mecânico, do físico-químico, do biológico, do psíquico ou do anímico e do espiritual, não é para mim fruto de especulações incidentes sobre a face esfíngica da experiência; desconheceré sempre (porque sou relativo, humano) o que sejam, onticamente, a matéria, a vida, a psique, o espírito” (OC, II, 2002, p. 1508). O *esse* é metahistórico. Sequela epistémica: impensável tratar o objecto historiográfico como *coisa*, se é *constructo*; daí refutar a *ontologização* ou regionalização ontológica da cultura portuguesa, de qualquer cultura, pois apenas a sua historicidade é apreensível.

c) Entende-se melhor a posição quando traça a *História da Psicologia em Portugal* (1949), aferindo que “quase hoje se pode asseverar, sem intuítos humorísticos, que a psicologia portuguesa como psicologia pura *começa... por não existir*”, entregue a amadores “médicos, psiquiatras, sociólogos, filólogos, pedagogos, e não propriamente a psicólogos *profissionais*”, pois “nunca serão os «Diários do Governo» de qualquer matiz, partido ou seita que fabricarão por decretos milagrosos os profissionais da psicologia” (*Idem*, pp.1491-92). A escassa investigação e criação científica reflecte, entre nós, a insuficiência dos meios e, sobretudo, o débil esteio metodológico para o exercício da psicologia. O ganho pedagógico desta atitude torna-se claro, ao denunciar a falta de estratégia educativa: é a escola que tem de se adaptar ao indivíduo e não o contrário, como ocorre nos sistemas normativos e oficiais da instrução pública, “estatocráticos”, na sua expressão. A singularidade concreta do indivíduo – no momento em que, entre as duas grandes crateras da Guerra, a imposição histórica do holismo e das «totalidades» orgânicas mais desprezava ou suprimia o indivíduo – persiste no cerne do



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

problema não cedendo a abstrações tranquilizantes, ao mesmo tempo que excursos diacrónicos, mormente de historiografia conceptual ou das ideias, enquadram a «teoria pura». Em suma, é a captura da temporalidade como marco do *humanus* que densamente trata: a *vis* epistémica seguida valida quer o *animal histórico* como Sujeito, quer a matriz *histórica* do complexo transdisciplinar – que SL pratica de modo pioneiro – dos estudos humanísticos. Noutros termos, só a História (em especial a H. das ideias) como ensaio explicativo e disciplina científica, em estreita dialogia com a Filosofia, pode confederar o diálogo plurilateral e múltiplo dos diversos saberes sociais. *Magister vitae*.

d) Em tudo isto, SL evidencia como a admissão dos critérios da *positividade* (a atenção aos dados quantitativos extraídos do real, qualitativamente elaborados na lição interpretativa de J. de Carvalho) se distingue dos preconceitos positivistas. Admirando-o como um dos construtores teóricos da Modernidade, a crítica cerrada que tece, ao historiar a recepção psicológica entre nós, ao autor do *Curso de Filosofia Positiva*, à sua absurda negação da dimensão psicológica do problema gnosiológico, a recusa do momento introspectivo, inferindo-o numa redução fisiológica e a repulsa da dimensão subjectiva dos saberes (filha do “dogmático *coisismo psicológico*”, *Idem*, pp. 1529 e ss.), ilumina a historiologia de SL, modo de pensar o ser histórico, expulsando também o *coisismo sociológico* onde a *endo-estrutura* do Ser se nulifica “como um nada escolástico-metafísico”, fruto da “ditatorial anulação da «interioridade»” (*Idem*, p.1531). Relevância maior, pois a admissão de tais pressupostos induziria à naturalista *coisificação* do facto (também do facto histórico), sem atender a que este é já produto de prévia elaboração teórica que o enuncia, enquadra, descreve, analisa e interpreta.

e) Ao historiar a ideia de «ensaio» e a *praxis* ensaística, não como «género» literário mas como *modo* filosófico, SL constitui a diacronia do racionalismo crítico e a autêntica genealogia do conceito de liberdade, pois é o *pensar que torna livre* o ser (*Idem*, p. 1308). Refez, dir-se-á, amplo capítulo da história das ideias que buscara com resultados claros em 1927 e 28. Explorando o cartesiano princípio da incerteza, o acidental e contingente e a assumpção gnosiológica da dúvida, ao debater a razão normativa na análise crítica da historiografia, invalida o panlogismo sistémico (*dogmapatia*) e as «circularidades encobertas» (*normapatia*) do *fim da História*, instaurando a suspensão relativista sobre a razão prognóstica (e sintaxes ideológicas decorrentes) que em nexos especulativos de causalidade ou sucessão deduzem elos lógicos que a razoabilidade duma episteme historiográfica não cauciona. Em suma, escreve em 1943; “a *physis* de Newton e Laplace não é... a natureza humana; as brutas massas gravitantes no espaço não são...os homens no tablado da Vida e da História”. Lição maior que teorizará na década de ‘50.

f) A secularização do ofício crítico historiográfico e de todo o trabalho intelectual e científico, invocando a exemplaridade herculaniana, é solidamente fincada por SL em *Notas críticas ao livro do Sr. Cardeal Gonçalves Cerejeira «A Igreja e o Pensamento Contemporâneo»* – gerando a última polémica religiosa até à revolução do 25 de Abril –, ao patrocinar uma exegese documental muito próxima das fontes que evidencia a análise histórica dos conflitos interconfessionais e intraconfessionais, quando, no interior duma mesma religião, se dão à luta seitas e ortodoxias. Páginas brilhantes, ainda hoje, para quem se ocupar da história das ideias religiosas e da *intolerância civil*, ou dos cultos e manifestações heterodoxas numa sociedade na qual “a Inquisição, o queimadoiro, a censura religiosa, numa só palavra, a Contra-reforma imolava a sua exteriorização”.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Contrariando argumentos que avalizam como *factos* a dogmática e a fé subjectiva, e como *autoridade* científica a crença religiosa, SL, na senda de Herculano, destitui a ilusão retrospectiva e onisciente, balizando a História por critérios internos e externos de razoabilidade e racionalidade, na sequência dialógica heurística / hermenêutica, como saber de pressupostos e metodologias científicáveis, mas não de resultados unívocos e indiscutíveis (*Idem*, pp. 411-425). Logo, se não reconhece com Espinosa (e no panteísmo racional) fonte heteronímica alguma para a razão, feita fora de si, extrínseco limite, pois *a liberdade quer a liberdade* (na releitura de Hegel), SL desimpede o trilho kantiano da razão crítica para aceder ao saber histórico, retirando-o porém de prisões finalistas e relativizando as evasivas conclusões (*Sílvio Lima, um místico da razão crítica (da incondicionalidade do amor intellectualis)*, 2009, pp. 285-86). Antero de Quental ensinara-lhe que Homem e Natureza participam na leibniziana «comunidade ôntica». Ora, o ofício do historiador e o saber historiográfico, *saber de mediações*, não pode prescindir, contra a rotina, da dupla construção teórica do tempo e da história, sob pena de se anular. À insciente e arcana mitificação *antropológica* da Natureza, não pode agora o cientismo contrapor a onisciente *naturalização* do Humano, aniquilando a *qualitativa* historicidade do Ser. Haveria de tentar respostas.

g) *Uma teoria do Tempo*: na polémica travada com J. de Carvalho sobre o conteúdo psicológico da «saudade» (1955), contra a perspectiva do mestre, assente no dualismo originário e reprodutivo (nos termos de Husserl) ou *intenso* (intencional) e *retrotenso* do fenómeno saudoso, SL confirmando-os, adita a tridimensionalidade *protensa*, momento projectivo que visa suprir a negatividade saudosa como experiência *presente*, e reintegrá-la no limite ontológico do tempo (não no passado, *nada ontológico*, nem no presente, ferido pela insuficiência ou pela ausência, mas no futuro próximo, momento em que o presente se vê já futuro). A protensão assinala deste modo a temporalidade futurante: R. Koselleck falará do *horizonte de expectativas*, *topos* temporal no qual, em parte, a *herança* se balança e se projecta (aditaria Paul Ricoeur) e daí representar um segmento utópico (evasão para o não-lugar afectivamente possível ou perfectível), em analogia com a «reconstrução do irrepetível», esboçada nos últimos escritos de R. Proença. Ora, essa sintaxe teórica do tempo reinscreve-se na clara leitura agostiniana das *Confissões* (II e XI), apreendendo a mensagem triádica do *presente-passado*, *presente-presente* e *presente-futuro*, e a disputa entre heranças e expectativas que a existência gera e potencia, como autoconsciência presentificada, *i. e.*, que quer tornar presente [*re-presentar*] o ausente e o devir. Nesta construção, anotam-se dois aspectos fulcrais. *Primo*: é a instância da história como discurso de memória(s) no *rio heraclítico* e irreversível do tempo, leitura que ulteriores teorizações (mormente P. Ricoeur, 1983-85; 2000) claramente seguiram; *secundo*: o vínculo da exegese que Eduardo Lourenço promove em *Labirinto da saudade* (1978), a partir de Pascoais, avançando nas diligências mesmas do seu mestre SL ao usar a tensão futuridade / saudade como linguagem própria do processo mitificador da pátria, ponto de partida para a *imagologia* que desenvolveu.

*Uma teoria da História*: Na diagnose da produção historiográfica contemporânea, SL confrontava-se com um panorama epistemológico bloqueado por finalismos meta-históricos de três ordens: providencialismo, filosofias da história e sociologismo. O primeiro, “dogmático pano de fundo” duma heterónima antropologia inverificável, transcende a historicidade, *i. e.*, o chão ôntico onde em simultâneo se dá a história e o ser, mais vincadamente, mesmo, nas versões nacionalistas e isolacionistas da *mitogonia* nacional; o segundo, originado no “naufrágio





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ou nulificação das fés confessionais” tendia a manifestar-se numa teodiceia ou numa religião laica, na versão hegeliana mesma oposta à *Naturphilosophie*, mero jogo lógico desenvolvido como “um silogismo ou uma equação” (OC, II, pp.1257-59). Por fim, ao subverter o aforismo de Durkheim (que reduzia a História a simples microscópio da Sociologia) e ao subsumir esta como *microscópio da História*, o mestre de Teoria da História, não omitindo a lição analógica mas ao arripio de infundadas teses cíclicas, comparativistas, teleológicas, em voga no discurso historiográfico e antropológico desde 1880 à II Guerra Mundial (dos adeptos dos «modos de produção», às filosofias dialécticas da história de Marx, ao conceito de «primitivismo» de Tylor; aos apóstolos da tipologia das «civilizações» de Oliveira Martins e Toynbee) – ateu-se na afirmação da singularidade evanescente da *res gestae*, os eventos históricos (dos quais tinha, com Marc Bloch, entendimento muito lato), e da sua irrepitível singularidade que afasta a leitura de uma qualquer *finalidade monótona* (*Idem*, p. 1245). Ora, bem vistas as coisas, o real histórico (apesar de ausente) não deixa de constituir num real sociológico, mas o sociologismo postulava abusiva lógica radical da história, acrónica e exógena, que esta não comporta, quer se perspetive como formas abstractas sem conteúdo (na mediação relativista de Simmel) quer como metafísica social que R. Aron denunciou na sacralização durkheimiana do *Todo* (*Sílvio Lima, um místico da razão crítica (da incondicionalidade do amor intellectualis)*, 2009, p.555). A tarefa historiográfica, assente num modo específico de saber, ao despertar a consciência histórica, autónoma apreensão da historicidade dos seres, é assim condicionada (e caucionada) pelo horizonte histórico que cada época e cada historiador abarcam; mas esse horizonte (O. y Gasset) é fundado numa topografia móvel: está em contínua deslocação e expansão, em área (cultura, ciência, informação) e profundidade (a perspectiva diacrónica, *pp. dita*), comportando o estudo de resistências, mutações e variações (SL chama *metamorfoses*) e visando apreender a temporalidade em *devir* da condição humana. Assim, historiar, dada a escassez de indiscutível base apodíctica (*o que realmente se passou*, de Ranke, é absurda petição que degrada a onticidade do sujeito hermenêutico, fechando na *récita* a indagação aberta), permite eleger estratégias discursivas em detrimento de outras, pois toda a epistemologia se estabelece a partir de sólidas bases dum debate filosófico que, para se dar, não pode excluir os seus termos. Razão pela qual, ao impugnar apriorísticas *filosofias da história*, legitima a *historiologia* como reflexão, de cariz racional e filosófico, fundada *a posteriori* numa história lida por problemas, aclarando a imprecisa distinção analítica no campo das ciências sociais (Geografia Humana, Economia, Sociologia, Antropologia, Psicologia) e a falha multidisciplinar do estudo, convergindo aqui nas teses primordiais da inicial geração dos *Annales*, mas sem a subsumir no primado dos estudos económico-sociais, como ilusória infradeterminação da «superestrutura». Em suma, “se o distanciamento epistémico entre o *sujeito cognoscente* e o objecto não passava de uma ilusão epistemológica, mesmo no domínio das Ciências da Natureza, a separação seria ainda menor no trabalho do historiador, campo em que, mediante a experiência interna (*Erlebnis*), o *outro (objecto)* poderia ser compreendido por *Endopatia*” («A Historiologia de Sílvio Lima» *in Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, 2000, pp. 344-45), situação que mais se coadunava, pois, com a sua posição psicológica. Mas o passado, contra o requisito hegemónico das escolas objectivistas (positivismo e metodologismo), se é objecto, é *objecto ausente* cuja autenticidade se tenta certificar abrindo o campo hermenêutico à inacabada pluralidade reinterpretaiva. Ora, não sendo a História *bom pretexto* para a Filosofia, ao contrário de Sérgio (V.) atendeu SL à historiografia como um dos *textos possíveis do pensamento*, provido de imaginação não-ficcional



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e competência compreensiva. Não repelindo liminarmente a mediação da *razão histórica* diltheyana, nem a *méthys pp.* dita do metodologismo (Monod, Bernheim, Langlois e Seignobos, Harsin, Halphen), fundada no *verum-factum* viquiano, elucida-as todavia a partir de mediações críticas (Halkin, Marrou, R. Aron, Hours, M. Bloch), ampliando qualitativamente a noção heurística de fontes e afluindo – no crivo das produções científicas, artísticas, culturais (no esteio de J. de Carvalho) – nas prevenções de Halphen e Hours, exigindo amplitude maior às chamadas *ciências auxiliares* e apelando à transdisciplinaridade. Se o estatuto epistémico da Ciência abarca a História, esta só o pode avocar *não como ciência de leis gerais* mas como *saber relacional* e conexional, ensaiando na sintaxe e combinatória (daí a frecha à pluralidade das culturas e mentalidades, à sociologia comparada das religiões, mormente em *O Amor Místico*) de poliédricas imbricações a partir de hipóteses, inferidas (ou indeferidas) pelo lógico trabalho analítico-dedutivo a partir do alicerce documental. Impugnava assim o “míope e ingénuo *empirismo* dos *empiristas*”, cerco historicista e «factualista» que, ao impedir o acesso e a *possibilidade* da Crítica da razão histórica, longe de soluções definitivas, negava a intelecção de problemas novos. Não estranha que, com B. Croce (e R. G. Collingwood, cuja *The idea of History* será acolhida pelos assistentes Ferrand de Almeida e António de Oliveira), SL, aferindo a cientificidade do método historiográfico, “construção interpretativa, numa só palavra, *teoria*”, apontasse para a fértil história das ideias (também historiográficas, sugerida nas lições de *Teoria da História*) e avalizasse a estratégica lição da Epistemologia (e nela, a da gnosiologia), sem a qual qualquer teorética da História será estéril.

Lição adiada num meio intelectual hostil – particularmente entre historiadores (por norma, vigilantes estatais da memória) que mais acentuavam a visão estatocêntrica – à teorização da história e à sua decisiva saída dos altares e dogmas infalíveis do passado, onde oficialmente fora fechada como cântico de guerra ou salmo redentor. Atitude também ostracizada pelos que projectavam na futuridade a «demonstração» totalizadora das suas subjectivas convicções. No universo *post newtoniano* cuja epístola literalmente foi transfigurada pela relatividade e os *quanta* (com ironia, Niels Bohr à escala *micro* e *macrocósmica* afirmava ser *muito difícil fazer previsões, sobretudo do futuro*), acedeu SL à hipótese de “discreto probabilismo” permitido pela reflexão *sobre* e *dos* estudos historiográficos, ciência nosológica e social. Inconstitutivo apriorismo, a condenação da história à galé determinista (ou positivista) no convés humano, pensa-a metahistórica: a mutabilidade não se poderia metamorfosear em nova e predizível, *imutável regra* substancialista, finalista e metafísica (transcendental). Se a prognose débil exonera os oráculos da *epopeia teleológica*, só se autocertifica (e autoriza) a historiografia como modo da incessante *representação* e *reactualização* teorética da temporalidade, o que quer dizer, no encontro com a lição Hermenêutica. Nesse passo, SL viu na historiografia a *sagesse* dos sendos (no tempo) e daí o elucidativo contributo do filósofo, sobretudo ético, para fazer um saber – *saber (o) Ser* – tão deflacionado, como desusada banalidade ou antiqualha ontológica, pelo funcional e tecnocrático saber-fazer. Também historiográfico.

**Bibliografia activa:** LIMA, Sílvio - *Obras Completas*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, [LIMA, Sílvio], *Teoria da História*, lições policopiadas, Coimbra, s. d. (1962?).

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

**Bibliografia passiva:** AAVV – *Miscelânea em Honra de Sílvio Lima*, *Biblos*, Revista da FLUC, vol. LV [coord. de José FERREIRA DA SILVA], 1979; CALAFATE, Pedro - «O Humanismo crítico de Sílvio Lima», *História do pensamento filosófico português* (CALAFATE, ed.), Lisboa, vol. V, t.º II, Caminho, 2000, pp. 267-79; CARVALHO, Paulo Archer de, *Sílvio Lima, um místico da razão crítica (da incondicionalidade do amor intellectualis)*, Coimbra, tese de dout. pol., FLUC, 2009; CATROGA, Fernando – «A Historiologia de Sílvio Lima» in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, FLUP, vol. I, s. d [2000], pp.335-46; TORGAL, Luís Reis – «Um homem humilde, mas livre na sua investigação» in *passim*, vol. II, s.d. (2001), pp.475-498.

Paulo Archer de Carvalho



APOIOS:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**BNP** BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA